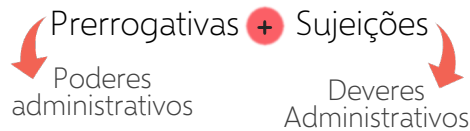


## ASPECTOS GERAIS

- Regime jurídico administrativo:



= Poder-dever

- Princípio da legalidade e indisponibilidade do interesse público.
- O agente não só **pode** como **deve** agir.

## DEVER DE PRESTAR CONTAS

- Administração, gestão e aplicação de bens públicos.

→ São de titularidade do povo (os agentes só administram)

- Por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que:

- Utilize • Arrecade • Guarde
- Gerencie • Administre

→ Bens e valores públicos pelos quais a União responda

Que assuma em nome da União obrigações pecuniárias.


- Também alcança todos os atos de governo e administração.

## DEVER DE PROBIDADE

- Exige-se a observância de padrões éticos
- Atuação conforme o princípio da moralidade
- Descumprimento = **improbidade administrativa**

• Tipos:

1. Geram enriquecimento ilícito
  2. Causam prejuízo ao erário
  3. Atentam contra os princípios da administração
- Resultarão em: (Sem prejuízo da ação penal)
1. Perda do cargo/função
  2. Suspensão dos direitos políticos
  3. Indisponibilidade de bens
  4. Ressarcimento ao erário.

**Cuidado!**  **PEGADINHA!**  
Não é "perda/cassação dos direitos políticos"!

## DEVER DE EFICIÊNCIA

- Necessidade de atuação administrativa com:

- Qualidade • Celeridade
  - Economicidade • Controle
  - Atuação técnica
- } **"Boa Administração"**

- Modificações constitucionais pertinentes:

1. Possibilidade de perda do cargo devido à avaliação periódica de desempenho.
2. Obrigatoriedade de avaliação de desempenho para obtenção da estabilidade.
3. Exigência de participação em cursos de aperfeiçoamento.

deveres  
administrativos

## PODER VINCULADO E PODER DISCRICIONÁRIO

A lei, ao outorgar a competência ao agente, não deixa margem de liberdade.

O agente possui alguma **margem de liberdade** de atuação → decide com base no mérito administrativo.  
Dentro dos limites da lei e da razoabilidade e proporcionalidade.

- **Discrecionalidade** { edição do ato.  
revogação

Há poder discricionário quando a lei utiliza **conceitos jurídicos indeterminados**.  
( Ex.: "falta grave" )

- Nos **atos administrativos**, o que pode

ser discricionário é { Motivo  
Objeto 





Competência, finalidade e forma são sempre vinculados!

## PODER HIERÁRQUICO

- Hierarquia = subordinação entre

{ órgãos  
agentes

- **Objetivos:**

1. Dar ordens 
2. Fiscalizar/revogar atos  Podem se negar a cumprir ordens manifestamente ilegais  
Para anular, revogar ou convalidar os atos.
3. Delegar competências  É um ato discricionário, temporário e revogável.
4. Avocar atribuições → Pressupõe poder hierárquico  
 O superior chama funções de um subordinado.

**Não pode:**

- Entre poderes diferentes
- Atos de natureza política
- Competência exclusiva
- Se houver expressa previsão legal.

## PODER DISCIPLINAR

- Poder-dever de **punir internamente** as infrações funcionais dos servidores ou particulares ligados à administração por um vínculo específico.

- É em **parte vinculado**

Instaurar o procedimento administrativo, e, se comprovada a falta, punir o servidor.

- É em **parte discricionário**

Tipificação da falta, escolha/gradação da penalidade.

- **Não** se admite a punição com base na "**verdade sabida**"

 Deve-se respeitar o contraditório e a ampla defesa.

- Apuração mediante:

{ Sindicância  
Processo administrativo disciplinar

*poderes*  
**ADMINISTRATIVOS**



Não existe poder hierárquico entre a administração direta e indireta. São apenas vinculadas.

## ASPECTOS GERAIS

- Faculdade da Adm. Púb. de { condicionar e restringir  
o uso e gozo da liberdade e propriedade em prol do interesse da coletividade.

↳ Norteia-se no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

- Em sentido estrito { Regulamentação ( Normas secundárias )  
Fiscalização  
Aplicação de sanções

- Competência → CF/88 ( Conforme o princípio da predominância do interesse )

📢 <b>IMPORTANTE!</b>	<b>POLÍCIA ADMINISTRATIVA</b>	<b>POLÍCIA JUDICIÁRIA</b>
<b>Atua sobre</b>	Bens, direitos e atividades	Indivíduos
<b>Ilícito/sanção</b>	Administrativa	Penal
<b>Quem realiza</b>	Órg./entidade da Adm. pública	Órgão de segurança
<b>Natureza predominante</b>	Preventiva	Repressiva

## ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA

1. Discrecionariedade → Na gradação de sanções, etc, mas há também situações vinculadas.
2. Autoexecutoriedade → Adm. decide e executa sem intervenção do judiciário.
3. Coercibilidade → Ato obrigatório e independe da vontade do administrado.

# PODERES ADMINISTRATIVOS = PODER DE POLÍCIA =

## MEIOS DE ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

### 1. Atos normativos e concretos

Normas gerais e abstratas.

↳ Decretos, Regulamentos, Instruções...

↳ Atinge determinados indivíduos identificados.  
Multas, fiscalizações, atos de consentimento.

### 2. Atos preventivos e repressivos

Atos de consentimento  
( Controle prévio sobre determinada atividade )

↳ Também inclui a fiscalização

↳ Após a ocorrência da infração (Aplicação de sanções)

**Alvarás** { Licença → Vinculado  
Autorização → Discrecionário

↳ Desde que preencha os requisitos legais.

↳ e precário (revogável a qualquer tempo).

# PODERES ADMINISTRATIVOS

= PODER DE POLÍCIA =

## DELEGAÇÃO DO PODER DE POLÍCIA

- Delegação para P.J. de **Direito Público**: Todas as **fases** são delegáveis.
- Delegação para P.J. de **Direito Privado**: Admite-se a

delegação das **fases** { consentimento  
fiscalização se  
sanção de polícia

atendidos os **requisitos**: ( Entendimento do STF.  
Julgamento em 26/10/20 )

1. Por meio de **lei**
2. Entidade deve integrar a **administração pública Indireta**
3. Capital Social majoritariamente público
4. Entidade deve prestar exclusivamente **serviços públicos** de atuação estatal e em regime **não concorrencial**.

O Poder de Polícia **não** poderá ser exercido por **empresas estatais**:

- Exploradoras de **atividade econômica**
- Prestadoras de **serviços públicos** em regime **concorrencial**.

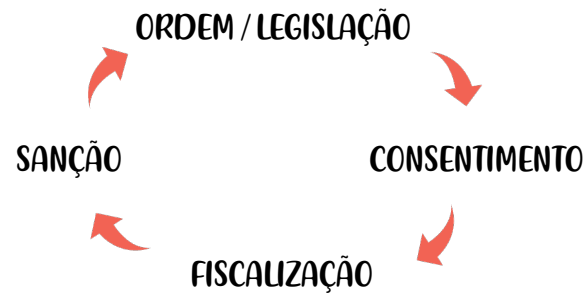


- Delegação **a particulares**: **não** delegável  
(Entendimento que prevalece)

É **possível a terceirização** de atividades

{ materiais,  
preparatórias ou  
sucessivas da atuação dos entes públicos.

## CICLO OU FASES DE POLÍCIA




## TIPOS

Poder de Polícia { Originário: Administração **Direta**  
Delegado: Administração **Indireta**  
(ou outorgado)

# PODERES ADMINISTRATIVOS

## PODER REGULAMENTAR

- Comandos **gerais** e **abstratos**.  


Sujeitos indeterminados.      Situações futuras que podem vir a ocorrer.
- São normas secundárias que não podem inovar na ordem jurídica (infralegal). (São normas que complementam as leis.)


**Poder Normativo** → Toda a capacidade da Administração em editar normas.  
 (Não só do Chefe do Executivo)

→ **Poder regulamentar**



- Decreto Autônomo:  
 1. **Organização e funcionamento** da Administração,  
sem implicar { aumento de despesas  
 criação/extinção de órgãos.
- 2. Extinção de funções/cargos **vagos**.
- São atos normativos **primários**. (Inovam na ordem jurídica)
- Delegáveis a { AGU  
 PGR  
 Ministros de Estado.

### • Regulamento Autorizado:

- Para suprir **lacunas** desejadas pelo legislador.
- Ato **secundário**, mas pode inovar na ordem jurídica em situações técnicas e desde que o legislador tenha estabelecido diretrizes gerais e autorizado a regulamentação.  


Ex.: CVM, Agências Reguladoras, Conselho Nacional de Trânsito.

### • Decreto Regulamentar:

- Para garantir **fiel execução** de leis.
- Ato secundário.
- Indelegável.

## USO E ABUSO DE PODER

- Uso dos poderes → Na estrita medida em que sejam necessários.

### • **Abuso de Poder**: **CAI MUITO!**

1. Excesso de poder → Agente atua fora dos limites de sua esfera da competência.  
 = **Vício de competência**
2. Desvio de Poder → Agente atua dentro de sua esfera de competência, mas de forma contrária à finalidade (explícita ou implícita) na lei que determinou/autorizou o ato.  
 = **Vício de finalidade**

 Conduta contrária à finalidade geral ou específica do ato.